

PT pretende nacionalizar campanha

Partido quer abrir caminho para candidatura própria à Presidência

Luiz Carlos Santos

Vanice Cioccarl

• SÃO PAULO. A orientação do PT a seus candidatos a prefeito é nacionalizar as campanhas municipais e abrir caminho para a candidatura, possivelmente a quarta, de Luiz Inácio Lula da Silva, à Presidência da República em 2002. A nacionalização da campanha petista se baseia em dois pontos. O primeiro é a crítica ao modelo econômico do Governo Fernando Henrique, apontado pelos petistas como o grande responsável pelo aumento dos problemas do país como desemprego, violência e corrupção. O segundo é pôr projetos como o orçamento participativo, desenvolvido em administrações petistas em Porto Alegre e outras cidades, como marcas nacionais do PT.

A estratégia eleitoral do partido foi discutida ontem, em São Paulo, com a presença de 15 dos 19 candidatos a prefeito de capitais e das principais lideranças partidárias, como Lula e o presidente nacional José Dirceu.

— A gente vai poder nacionalizar a campanha de maneira mais arrojada do que em 96, quando Fernando Henrique tinha mais de 80% de popularidade e foi a campanha do administrativismo — discursou para os candidatos Lula, que já gravou propaganda para campanhas municipais que serão usadas em todo o país.

A referência às eleições de 2002 esteve presente nos discursos dos líderes e de candi-



MARTA E BENEDITA em passeata do PT na Avenida Paulista, ontem

datos como as que vão disputar as Prefeituras do Rio, Benedita da Silva, e de São Paulo, Marta Suplicy, além do próprio Lula. Acompanhados dos candidatos de outras capitais, os três participaram de uma passeata na Avenida Paulista, que reuniu cerca de 300 militantes. Os petistas carregavam uma faixa dizendo “Brasil vai dar a volta por cima”.

Suplicy cobra explicação de Jorge Viana

Os petistas também aproveitaram o encontro para cobrar a instalação de uma CPI para apurar a denúncia de envolvimento do ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira no caso

do desvio de R\$ 169 milhões do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP).

O governador do Acre, Jorge Viana, que assinou um documento com outros governadores em apoio a Fernando Henrique também participou da reunião, mas não sofreu críticas. Exceto um comentário do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que ao discursar sugeriu que Viana explicasse melhor porque assinou o documento.

— Acho que não é contraditório (assinar). O documento é de cunho pessoal. Eu não discordo do meu partido e quero CPI — afirmou Viana, para quem há relações institucionais a serem preservadas na condição de governador. ■